

À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATO DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Edital de Chamamento Público nº 07/2021 – POLICLÍNICA REGIONAL – UNIDADE GOIÁS

Processo: 202100010000967

A ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE-AGIR, organização social sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 05.029.600/0002-87, estabelecida na Av. Olinda c/ Av. PL-3, nº. 960, Edifício Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º andar, Parque Lozandes, CEP 74884-120, Goiânia-GO, qualificada como Organização Social pelo decreto estadual nº. 5.591/02, Certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS-Saúde) pela Portaria MS/SAS nº 1.073/18, devidamente qualificada no Chamamento Público nº 02/2021 - Processo: 202100010000967, representada por seu **Superintendente Executivo, Lucas Paula da Silva**, vem à presença de Vossa Senhoria apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO, em face ao Resultado Preliminar do Edital de Chamamento Público nº 07/2021 - Processo: 202100010000967, requerendo, desde já, a **REFORMA** do resultado preliminar, na parte na qual atinge a AGIR, pelas razões de fatos e fundamentos que seguem:

1/13

1 - Da Tempestividade da Peça Recursal

A publicação do resultado preliminar do Edital de Chamamento Público nº 07/2021 - Processo: 202100010000967 se deu na data de 25/10/2021.

O instrumento convocatório, em seu item 7.3 estabelece que cabe recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação de instituição interessada no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação da referida decisão.

O edital, em seu item 7.4, traz a regra da contagem desse prazo, qual seja: inicia no primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado.

Haja vista as situações fáticas, acima expostas temos que o presente instrumento de recurso é tempestivo, razão pela qual deve ser recebido, apreciado e julgado por esta Comissão Interna ou órgão competente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

2 – Dos Fatos

A AGIR é uma das organizações sociais interessadas e participantes do processo de Chamamento Público nº 02/2021 - Processo: 202100010000967, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, para a celebração de Contrato de Gestão, objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 12 horas/dia, na POLICLÍNICA REGIONAL – UNIDADE GOIÁS. Razão pela qual, no dia 15 de outubro de 2021, em estrita observância de todas as disposições editalícias, em especial, do prazo por ele fixado, entregou à Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, toda a sua Documentação de Habilitação (Envelope 1) e

a sua Proposta de Trabalho (Envelope 2), as quais foram devidamente recebidas.

Na data do dia 25 de outubro de 2021, a Comissão Interna de Contrato de Gestão em Serviços de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde fez publicar, conforme estabelecido no edital do certame, o seu resultado preliminar.

Ocorre que, por equívoco, a AGIR foi considerada, pela Comissão, como INABILITADA para o certame, conforme se verifica abaixo:

“Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde – em razão do Descumprimento da Lei 15503/2005, tendo em vista que a quantidade de associados ultrapassa o limite de 55% de membros associados no Conselho de Administração previstos na alínea “a”, artigo 3º. Além disso, o CNPJ constante do Decreto Apresentado para comprovar a qualificação, é distinto do CNPJ apresentado pela proponente.”

O posicionamento desta Comissão carece de revisão, de modo a corrigir o equívoco, a fim de que a ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE-AGIR seja, de forma justa e acertada, declarada como HABILITADA no certame ora sob exame.

3 – Do Direito

A Decisão ora recorrida vai contra as regras do edital o que a torna eivada de irregularidade

Ante a flagrante situação de equívoco processual, faz-se necessário que a referida Decisão seja revista, na sua parte em que declara a AGIR inabilitada para o processo.

A referida Decisão, declara a AGIR inabilitada pautando-se em dois elementos:

- a alegação de que a AGIR não atende o que dispõe a alínea “a”, artigo 3º da Lei estadual nº 15.503/2005, e;
- o fato de no Decreto estadual nº 5.591/02 mencionar número de CNPJ que não é o da matriz da AGIR.

Primeiramente abordaremos a alegação de descumprimento da alínea “a”, artigo 3º da Lei nº 15.503/2005, lei do Estado de Goiás que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências

Para tanto, faz-se necessário trazermos aqui o dispositivo legal em comento. Vejamos o seu texto:

Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- até 55 % (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de eleitos dentre os membros ou os associados;
- 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

Faz-se necessário ainda, apresentarmos a atual composição do Conselho de Administração da AGIR, vejamos:

| MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGIR | | | | | | |
|--|-------|-----------------|-----------------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|
| Art. 3º, I, da Lei nº 15.503/2005 | Quant | % | NOME | PERÍODO NO CARGO | INDICAÇÃO | FUNDAMENTAÇÃO O ESTATUTO |
| Alínea “a” (até 55%) | 5 | Aproximadamente | CYRO MIRANDA GIFFORD JÚNIOR | 08/04/20 a 08/04/24 | Associados em Assembleia | Art. 25, inciso I |

4/13

| | | | | | | |
|------------------|---|------------------------|-----------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------|
| | | 55,55% | JOSÉ EVALDO BALDUÍNO LEITÃO | 08/04/20 a 08/04/24 | Associados em Assembleia | Art. 25, inciso I |
| | | | PAULO AFONSO FERREIRA | 29/04/18 a 29/04/22 | Associados em Assembleia | Art. 25, inciso I |
| | | | SALOMÃO RODRIGUES FILHO | 22/02/19 a 22/02/23 | Associados em Assembleia | Art. 25, inciso I |
| | | | VARDELI ALVES DE MORAES | 21/05/18 a 21/05/22 | Associados em Assembleia | Art. 25, inciso I |
| Alínea "b" (35%) | 3 | Aproximadamente 33,33% | CLIDENOR GOMES FILHO | 11/12/18 a 11/12/22 | Conselho de Administração | Art. 25, inciso II |
| | | | FERNANDO MORAIS PINHEIRO | 21/05/18 a 21/05/22 | Conselho de Administração | Art. 25, inciso II |
| | | | JOSÉ EVARISTO DOS SANTOS | 08/04/20 a 08/04/24 | Conselho de Administração | Art. 25, inciso II |
| Alínea "c" (10%) | 1 | Aproximadamente 11,11% | WAGNER DE OLIVEIRA REIS | 04/12/19 a 03/12/23 | Empregados | Art. 25, inciso III |

Acreditamos que o quadro acima, por si só, possui poder para, de forma clara e cristalina, demonstrar à Comissão julgadora que o Conselho de Administração da AGIR, da forma como se apresenta, cumpre o que estabelece a Lei nº 15.503/2005.

Há que se ressaltar que pequenas variações numéricas, são perfeitamente aceitáveis, uma vez que são decorrentes de dízimas periódicas, as quais ocorrem em razão de fracionamento de um número inteiro.

Justamente, em razão dessas dízimas e frações de números, é que os percentuais propostos pelo artigo Art. 3º, quando tirados do texto legal e aplicados na prática, nem sempre conseguem atingir, com exatidão o que foi pré-estabelecido.

É praticamente impossível, de se evitar as ocorrências de casas decimais nos cálculos dos percentuais de cada categoria com representatividade no Conselho de Administração. Tal situação inviabiliza a ocorrências de números inteiros nos percentuais de cada categoria representada. A menos que se afaste, e muito, dos percentuais estabelecidos pela lei. Disto se depreende que pessoas não podem ser fracionadas.

Oportuno ressaltar que outras instituições participantes deste mesmo certame também apresentaram diferenças numéricas nas composições das representações dos seus Conselho de Administração, que só não acontecem sob a forma de dízimas periódicas, pelo fato de as referidas instituições desviarem da referência numérica imposta pelo artigo 3º da Lei nº 15.503/2005, em números ainda maiores, ao invés de apenas duas casas decimais ocasionadas devido a dízimas periódicas. Destaca-se que estas instituições foram consideradas habilitadas pela Comissão Julgadora. A título exemplificativo, podemos mencionar o Instituto CEM, o qual possui um Conselho de Administração composto por cinco conselheiros, com quantitativos de representação, que quando da sua transformação nos percentuais mencionados pelo artigo 3º da Lei nº 15.503/2005, se afasta muito dos mesmos, vejamos:

| MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO CEM | | | | |
|---|-------|-----|--------------------------------------|---|
| Art. 3º, I, da Lei nº 15.503/2005 | Quant | % | NOME | INDICAÇÃO |
| Alínea "a" (até 55%) | 2 | 40% | Fábio Antônio Valeralli e Búffalo | Conselheiros eleitos entre membros ou associados do Instituto CEM |
| | | | Ilmara de Jesus Soares do Nascimento | |
| Alínea "b" (35%) | 2 | 40% | Enivaldo Campos Rodrigues | Conselheiros eleitos dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral |
| | | | Reginaldo Rocha Galvão | |
| Alínea "c" (10%) | 1 | 20% | Rogério Ribeiro Silva | Membro eleito pelos empregados do Instituto CEM |

O desvio de quantitativo, no exemplo acima citado, nos parece totalmente desarrazoado e em muito afastado dos limites impostos pela lei. Não se trata de dízimas periódicas, mas sim de evidência de percentuais de representação em muito afastado do quantitativo disposto pela regra legal. Dito de outra forma, a Comissão tratou sem qualquer isonomia as concorrentes, favorecendo-as em detrimento da entidade.

Não podemos ainda, deixar de rememorar aqui, que em recente decisão, datada do mês de julho último passado, esta mesma Comissão Julgadora, quando do julgamento dos recursos administrativos interpostos em face a decisão proferida pela referida Comissão em razão do Chamamento Público nº 001/2021, objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, no HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU (HEMU), assim manifestou favoravelmente pela habilitação do Instituto CEM no referido certame, vejamos:

“INSTITUTO CEM

APONTAMENTOS: Aponta a regularidade do seu /conselho, demonstrando por meio de tabela como se dá a sua composição atual, nas porcentagens de 40% na alínea “a”, 40% na alínea “b” e 20% na alínea “c”, do artigo 3º da Lei 15503/2005.

RESPOSTA: Como mencionado anteriormente, na ausência de orientação uniforme sobre o dispositivo 3º da Lei 15503/2005, a interpretação adotada deverá ser a que possibilita a maximização da concorrência no Chamamento Público em tela, motivo pelo qual assiste razão ao recorrente quanto à composição do Conselho de Administração apresentado.

Deste modo, **decide-se pela HABILITAÇÃO** da recorrente.” (grifo original)

(documento constante da página DES/GO na internet, no link: <https://www.saude.go.gov.br/files/licitacoes/chamamento-publico/2021/Resultado-recurso.pdf>)

Por tudo o até aqui apresentado, entendemos que a inabilitação da AGIR ancorada na alegação de que a composição do seu Conselho de Administração não está conforme o que prescreve o artigo 3º da Lei nº 15.503/2005, não se sustenta.

Não há razoabilidade e nem bom senso no entendimento da Comissão Julgadora ao exigir da AGIR, de forma tão apertada e impraticável, que a composição do seu Conselho de Administração, se dê de forma que cada uma das categorias com assento no referido Conselho, tenham o seu quantitativo de representantes traduzidos em percentuais numéricos inteiros,

7/13

não permitido a ocorrência de casas decimais. Mais uma vez, pessoas não são passíveis de fracionamento físico

Enquanto que em certame recente outra instituição teve o seu recurso provido e foi habilitada com a representatividade do seu Conselho de Administração apresentando números percentuais muito distantes dos que são estabelecidos pela lei ora em comento, o que nos leva a crer que há uma tendência em desabilitar a entidade sem qualquer justificativa legal e isonomia entre os participantes do processo de seleção. Questiona-se o porque da mudança de interpretação da Comissão quando se trata da recorrente.

Ademais, não há motivação no ato de inabilitação. Observe que a questão da representação exigida pela lei está sendo plenamente cumprida, não sendo, possível o fracionamento de uma pessoa, ou mesmo admissível que a Comissão se apegue às casas decimais irrisórias e cuja lei não previu. Mais que isso, é de se observar que a composição física do conselho *atende plenamente a distribuição prevista na lei e, portanto, seus reais objetivos*, não havendo razão para a inabilitação.

Quanto ao fato de no Decreto estadual nº 5.591/02 mencionar número de CNPJ que não é o da matriz da AGIR, é necessário fazermos aqui um breve relato histórico.

A AGIR é uma das mais antigas organizações sociais, de atuação na área da saúde no Estado de Goiás. Quiçá a mais antiga.

Com certeza a AGIR, foi, há vinte anos atrás, a primeira organização social a firmar contrato de gestão com o Estado de Goiás. Fato este ocorrido até mesmo antes do nosso marco regulatório estadual: a Lei nº 15.503/2005, assim como também, antes da edição do Decreto estadual nº. 5.591/02, o qual, qualifica a AGIR como organização social.

A AGIR, ao longo desses, mais de vinte anos, foi passando por transformações orgânicas dos mais variados portes e, por diversas razões. Sendo que muitas delas foram para atender às exigências legais e regras do Parceiro Público que foram surgindo ao longo caminho trilhado.

A questão da divergência do CNPJ que ora se discute, é exatamente uma dessas situações.

No final do mês de agosto do ano de 2014, fez-se necessária a promoção no CNPJ da AGIR, o que acabou por refletir em alteração do CNPJ do CRER. Tudo aprovado pelo Conselho de Administração, em Reunião Ordinária, conforme cópia da ata anexa. Vejamos parte de sua transcrição:

“... No quarto ponto da pauta, foi apresentada a necessidade de serem alterados os CNPJ da AGIR 0001 e 0002, passando o primeiro a ser da filial CRER e o segundo a ser a matriz. Essa modificação se deve ao fato de se encontrar todo o acervo contábil, financeiro e de produção do CRER no CNPJ 0001, não tendo como migrar o acervo para outro CNPJ. Respondidos os questionamentos feitos pelos Conselheiros, a alteração foi / aprovada da seguinte forma: CNPJ 05.029.600/0001-04, passa a ser filial, com o nome de fantasia CRER, com a manutenção das atividades econômicas: CNPJ 05.029.600/0002-04, passa a ser matriz, com o endereço Avenida Vereador José Monteiro, nº1.655, 2º andar, Setor Negrão de Lima, Goiânia-GO, CEP 74653-230, tendo como atividade econômica principal “a gestão de unidades hospitalares”, através dos serviços constantes nos artigos 3º e 4º do Estatuto Social, devendo a administração adotar as medidas necessárias junto a Receita Federal para a promoção das alterações.”

A partir de então, a AGIR passou a ter o seu CNPJ apartado do CNPJ do CRER. À época, sua única unidade e que acabavam por compartilhar não só o número de CNPJ, como também espaço físico.

Devemos aqui, fazer um parêntese para ressaltar e esclarecer que à quela época, tal situação era aprovada pelos órgãos de controle e era

entendida pelo Parceiro Público e seus controladores como plenamente possível e legal.

Em 2014, o Parceiro Público e seus órgãos controladores entenderam que cada unidade de saúde, sob a gestão de uma organização social, deveria ter o seu próprio CNPJ. Esta imposição estatal foi o ato que deu origem à alteração do CNPJ que, a seu turno ocorreu anos antes do presente edital.

Foi então que, em 2014, o CRER manteve o CNPJ que antes era matriz, sendo que a entidade (AGIR) manteve novo CNPJ, com mesma raiz, para a matriz. Até mesmo para que a unidade CRER mantivesse o histórico contábil no referido CNPJ – inclusive com funcionários, funções e CNAES adequados.

Ademais, a dita “divergência” que não é divergência alguma, foi causada pelo próprio Estado e por determinação deste numa mudança de postura governamental que obrigou a entidade remanejar seus CNPJs – o que a mesma fez de acordo com a lei.

Ainda, nessa linha, não obstante o CNPJ da qualificação feita há anos ter sido um e, posteriormente a entidade, no seu exercício legal tê-lo alterado, não é obstáculo para a participação de qualquer certame. Como dito esta alteração – que foi determinada pelo Estado – não se constitui em qualquer ilegalidade.

Ilegalidade, de outra ponta, é torná-la inabilitada em desrespeito ao princípio da isonomia e da legalidade.

Noutra ponta, não consta qualquer previsão no edital que permita esta interpretação, razão pela qual há mandamento no sentido de que a Comissão deve se ater ao Edital.

Portanto, o fato de constar no Decreto estadual n°. 5.591/02 – que é de 2002, constar um número de CNPJ da AGIR, que à época era da sua matriz e hoje é de uma das suas filiais em nada vicia ou invalida tal Decreto, pois, resta claro e evidente que matriz e filial tratam-se da mesma pessoa jurídica. Razão pela qual não há que se falar em INABILITAÇÃO da AGIR, conforme entendeu, equivocadamente, a Comissão Julgadora. Mais que isso, esta alteração – que é normal e legal – foi consolidada anos antes do presente edital e por força de determinação estatal.

Mais uma vez, a inabilitação da entidade não encontra qualquer motivação pois a readequação pretérita de CNPJ não apenas não causa qualquer prejuízo como faz parte da atuação de qualquer instituição.

Num resumo breve, as causas de inabilitação ora rebatidas são, com o devido respeito, insustentáveis e maculam o presente edital. Sobretudo porque desfavorecem o interesse público no atingimento da melhor proposta assistencial e financeira, dando margem a uma disputa que mais parece empresarial – quando o modelo de organizações sociais tem como baliza a finalidade não lucrativa da parceria.

Como é cediço, a licitação, como no presente chamamento, é procedimento voltado para obtenção de proposta mais vantajosa à Administração, aqui considerada aquela que se revele mais conveniente e que melhor atenda ao interesse público almejado naquele momento.

Por envolver interesse (e erário) público, indubitável que a Administração deve ser cautelosa na seleção da proposta mais vantajosa, sem, no entanto, que referida cautela se transfigure em excesso de formalismo, eis que a licitação não se configura como competição para identificar o melhor colecionador de papéis. Cada exigência, cada elemento integrado ao diploma legal e empregado num edital visa o atendimento de uma finalidade real,

11/13

concreta, efetiva, uma substância, uma segurança ou condição subjetiva do candidato, da qual a Administração Pública reputou importante se cercar.

No presente caso, se a substância foi atingida – já que demonstrada a qualificação técnica da ora Recorrente para execução de serviços indicados no edital – cumpre ter como atendida a exigência do instrumento convocatório.

Há tempos a doutrina rechaça o culto exacerbado ao formalismo na avaliação dos elementos da proposta apresentada em procedimento licitatório, valendo destacar, dentre muitas:

“Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. E necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos. Certamente, não haveria conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quando o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação” (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 9ª ed. pág. 428) – Grifamos.

Nada obstante, não houve sequer a realização de diligência por parte da Comissão, no interesse de esclarecer eventuais dúvidas, preferindo apegar-se a um formalismo exacerbado, transformando-as em inabilitação – o que distancia a Comissão do interesse público na melhor proposta para o Estado.

Sobretudo porque o chamamento trata de questões de assistência à saúde e de maior relevância pública não devendo o edital se transformar em “jogo de erros” com a finalidade de afastar instituições idôneas da competição. Não pode o interesse público sucumbir ao formalismo sem função.

Ante a todo o exposto, com o fito, de corrigir os equívocos que prejudicaram a AGIR em sua habilitação para o certame, imperioso se faz que o mencionado julgamento seja revisto nos dois itens acima abordados.

Isto posto, a AGIR requer:

- a) O recebimento, o conhecimento, o processamento e o julgamento desta peça recursal
- b) A revisão e a reforma do julgamento que considerou a AGIR INABILITADA para o Chamamento Público nº 07/2021 - Processo: 202100010000967, passando a declará-la HABILITADA para o certame, conforme fatos e fundamento acima apresentados.

Termos em que
Pede deferimento;

Goiânia, 27 de outubro de 2021.

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo AGIR
CPF: 894.828.751-68

13/13